



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010922-78.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Katia Cristina de Almeida**
 Requerido: **Igreja Crista Plenitude do Evangelho-ministério Rede Mundial**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

KATIA CRISTINA DE ALMEIDA ajuizou a presente
 Ação de **Despejo por Falta de Pagamento** em face de **IGREJA CRISTA PLENITUDE DO EVANGELHO – MINISTÉRIO REDE MUNDIAL**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que locou à requerida imóvel comercial de sua propriedade, mas a partir de maio de 2016 esta se tornou inadimplente. Pediu a decretação do despejo.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada (fls. 26), a ré deixou de apresentar defesa (fls. 27), ficando reconhecida em estado de contumácia.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou a mora e esta leva à consequência do despejo.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para rescindir o contrato de locação, nos termos do art. 9º, III, da Lei 8.245/91, e **DECRETAR O DESPEJO** de IGREJA CRISTA PLENITUDE DO EVANGELHO – MINISTÉRIO REDE MUNDIAL, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de **QUINZE (15) DIAS**, nos termos do art. 63, parágrafo 1º, "b", da Lei acima referida.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e honorários advocatícios já fixados no despacho de fls. 19.

P. R. I.

São Carlos, 20 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**